



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE NOVE DE DEZEMBRO DE 2020**

-----No dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura de Góis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, António Rui de Sousa Godinho Sampaio e Rui Manuel Oliveira Rosa.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS/APROVAÇÃO DAS CLÁSULAS CONTRATUAIS-----

3.3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS/ANO 2021-----

3.4 – OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PARECER JURÍDICO-----

3.5 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PROPOSTA DE CADERNO DE ENCARGOS-----

3.6 – CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIOS DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PEDIDO DE APROVAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS-----

3.7 – APIN/2ª ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO A 08.01.2020-----

3.8 – APIN/TARIFÁRIOS 2021/RATIFICAÇÃO-----

3.9 – APIN/PLANO DE ACÇÃO/ISENÇÃO DO IVA EM AR E RU-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/GONÇALO FILIPE LUÍS BARATA-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/DAVID MANUEL CARVALHO COELHO-----

3.12 – INE/CENSOS 2021-----

3.13 – EEA GRANTS/PONTO DE SITUAÇÃO-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.14.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-----

3.15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – **FALTAS** – A senhora Presidente informou que a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz comunicou que não iria estar presente na reunião, fazendo-se substituir pelo senhor Rui Manuel Oliveira Rosa, tendo a sua falta sido justificada.-----

1.2 – **INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE** – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção dirigindo votos de um Bom Ano de 2021 repleto de sucessos pessoais e profissionais, autárquicos e políticos a bem de Góis. Dirigiu um reconhecido agradecimento a todo o Executivo Municipal pela disponibilidade e colaboração ao longo do presente ano, particularmente aos eleitos que não se encontram em regime de permanência. Agradeceu a tolerância e paciência pelos documentos presentes, em sede do Executivo, renovando a sua gratidão pela tolerância e sentido de compromisso. Acrescentou que desejava ter apresentado ao Executivo documentos com um diferente rigor, mas como diz o povo nós partimos cheios de ilusões. Pela sua experiência de onze anos, chega ao fim de três mandatos com algum sentimento de frustração pela dificuldade existente em mudar o ser humano, porquanto há rotinas que de facto são intransponíveis as quais se constituem como barreiras, tornando-se difícil passar a mensagem do dever público de servir as populações, sermos rigorosos e imparciais, e também termos a consciência das fronteiras e dos nossos limites, quer no exercício do poder, e no caso concreto de quem está à frente dos destinos de Góis, quer também no exercício da nossa função enquanto servidores do Estado. Nós somos servidores do Estado, fazemos gestão de dinheiros públicos, pelo que temos a obrigação de sermos

rigorosos e exigentes, e de apelarmos, diariamente, ao aperfeiçoamento, tendo sempre feito isso. Referiu não se tratar de uma mensagem de nostalgia, pelo contrário, encontra sempre felicidade em tudo o que faz na vida, mas o convite e a exortação ao aperfeiçoamento foi o que fez durante onze anos, sendo que quanto melhor fizermos, melhor será para a nossa organização e também para o nosso concelho. Sendo que também defende a máxima que custa tanto fazer mal, como custa fazer bem, sendo que quando fazemos mal o desgaste é maior porquanto temos que disponibilizar mais tempo para fazermos bem. -----

-----Seguramente este foi um ano diferente para todos, não somente para os políticos, mas para todos em geral, população, comerciantes, diretores de associações, bem como para todas as forças vivas do concelho. Foi um ano com uma atipicidade diferente, o qual fica marcado como o “ano da máscara”, um ano que vivemos quase sequestrados, porque no fundo o confinamento retirou-nos a liberdade que estávamos habituados, acreditando que voltaremos a ter essa mesma liberdade. Referiu que, passámos por momentos difíceis, tendo sido aprendido por todos coisas novas, tendo havido um melhoramento ao nível do nosso vocabulário, aprendemos a familiarizarmos com conceitos que não eram habituais, desde conceito de teletrabalho, estado de emergência, de contingência, de alerta, tendo os nossos alunos e professores usado os termos das aulas síncronas, passamos a conviver com um mundo diferente ao qual nos tivemos de adaptar. Referiu ser acérrima defensora de que a Pandemia não servirá para tudo, apesar de ter sido um ano atípico que nos obrigou a uma outra criatividade, sermos mais imaginativos, trabalharmos em frentes diferentes, mas sem nunca perdermos de vista aquela que é de facto a nossa missão. Mais referiu, que houve de facto muitas ações e iniciativas que não conseguimos concretizar, não tendo estas sido realizadas pela atipicidade do ano de 2020. Porém, isso não afetou apenas as dinâmicas autárquicas, havendo muitas instituições de direito privado que tinham o seu plano de atividades não somente na área da cultura, desporto, turismo, até mesmo as IPSS's cujo seu plano de atividades também não pode ser totalmente concretizado, sendo que estas podemos efetivamente as associar à questão da Pandemia COVID-19. Ainda sobre as iniciativas que não foram



realizadas no presente ano aprez-lhe mencionar que em 2021 temos a obrigação, caso estejam reunidas as condições para esse mesmo efeito, de redobrar quase a nossa ação, i.e., fazer o que temos previsto para o próximo ano e recuperar algumas coisas que estavam previstas para o ano em curso e cuja sua concretização não foi possível. Sendo exemplo disso as iniciativas de âmbito cultural e desportivo, nomeadamente as iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, como a celebração do Feriado Municipal, bem como a Concentração Mototurística promovida pelo Góis Moto Clube, sendo que para além de um *ex libris* é uma referência para o concelho de Góis que permite uma dinâmica económica ímpar, dirigindo um apreço aos diretores porquanto tiveram que abdicar da sua realização no ano em curso. A Associação Educativa e Recreativa de Góis e a FILVAR, verdadeiros patrimónios culturais do nosso concelho, também não puderam realizar que as suas atividades tendo as mesmas sido canceladas para que se cumprisse as normas emanadas pela DGS no âmbito da Pandemia.-----

-----Efetivamente a nossa atenção foi centrada da defesa da saúde pública e na defesa das nossas populações, não olhando a meios para atingir os fins, sendo estes proteger as populações e estarmos ao lado das Instituições, particularmente, daquelas que têm sido verdadeiramente gigantes no concelho de Góis, ou seja, o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, o Centro Social Rocha Barros, a Santa Casa da Misericórdia de Góis e a Cáritas Diocesana de Coimbra. São de facto as Instituições que no nosso concelho que se constituem como o maior empregador, o 3º sector, vulgarmente chamado de economia social, é o sector que mais postos de trabalho tem no concelho de Góis, seguido da Câmara Municipal e das nossas empresas. Referiu que é sua convicção que as nossas IPSS's se constituíram como verdadeiros gigantes e continuam a assumir esse esforço também quer estender esse grande trabalho e disponibilidade de forma a combater um ano de crise às nossas empresas e comerciantes. Referiu que, quando menciona as empresas inclui todos os ramos comerciais, sendo que a questão do comércio vai desde o pequeno retalho a um maior retalho, ou seja, todos aqueles que abrem a porta diariamente, criados pelo próprio e que também asseguram postos de trabalho. Foram estas pessoas que aguentaram e que

têm sido resistentes, tendo sido um combate na continuidade de manter o seu negócio aberto quando a crise económica é gravíssima, sendo a retoma difícil. Realçou que foram poucas as portas que não se abriram posteriormente ao estado de emergência, sendo que muitas abriram na plena convicção de que vale a pena continuar o negócio e que vale a pena continuar a ser empresário no concelho de Góis, sendo estas palavras que gosta de ouvir. Contudo, referiu que não poderão ser somente palavras, pelo que a Câmara Municipal deve estar muito mais atenta no ano de 2021, porquanto o presente ano está a acabar, e é importante fazer um balanço de 2020, sendo que este ano terá resultados diferentes no primeiro e no segundo trimestre de 2021. Resultados esses consequentes de situações de layoff, famílias que estão a beneficiar das chamadas moratórias, sendo que parte destas ainda não se aperceberam que estão a gastar meios financeiros que deviam estar reservados para compromissos, havendo um momento que isso irá se constituir como uma fragilidade para muitas destas famílias do concelho. Referiu que tem havido alguma tranquilidade nos casos que testam positivo ao COVID-19, sem prejuízo de a qualquer momento tudo se alterar, pelo que lhe apraz fazer um justo agradecimento a toda a população que soube respeitar e se adaptar às novas regras. O ano de 2020 abriu também os horizontes para a importância do espaço família tendo havido mais tempo para vivermos familiarmente, mas, seguramente, muitos com menos poder económico. No ano de 2021 é sua convicção, e humildemente reconhece que é absolutamente fundamental no 1º semestre do ano de 2021 estarmos atentos aqueles que são os resultados do ano de 2020, não só ao nível do território no seu conjunto, mas particularmente ao nível do tecido empresarial local e ver até onde a Câmara Municipal poderá ir na ajuda, sendo que se tivermos que abdicar de alguns investimentos não hesitaremos na ajuda ao nosso tecido empresarial. -----

-----De seguida, deu conhecimento que convidou o senhor Dr. Rui Pedroso, Veterinário ao serviço da Câmara Municipal, para estar presente nesta reunião a fim de apresentar o ponto de situação relativo à Campanha de Esterilização de Animais de Companhia no ano de 2020, sendo que por motivos de saúde o senhor Veterinário não pode estar presente. Referiu que dos dados que tem em sua posse foi uma aposta ganha, a qual ultrapassou



as nossas expectativas pelo que ainda podemos ir mais longe. Referiu que foram esterilizados 26 gatos, 53 gatas, 7 cães e 21 cadelas, num total de 107 animais esterilizados. No que concerne ao custo desta ação foi de 7.501,32€, valor este participado pela DGAV em 2.648,03€, tendo a Câmara Municipal reforçado o investimento porquanto havia cerca de 30 pedidos que ficaram suspensos pois não tínhamos disponibilidade financeira, pelo que oportunamente se reforçou a rubrica, havendo condições para que se concretizem todos os pedidos que ficaram suspensos. Referiu ser um trabalho que merece continuidade porquanto devemos ser bons cuidadores dos animais, em particular dos animais errantes que se podem constituir num perigo para a saúde pública.-----

-----Mais deu conhecimento que, pelo quarto ano consecutivo, o Município de Góis foi distinguido como Município Amigo do Desporto, sendo que no dia de amanhã irá decorrer, no Município de Figueira da Foz, a cerimónia de entrega do respetivo galardão. Referiu que este galardão nos obriga a um compromisso na área do desporto sendo sua opinião que este pode ainda ser mais ousado e trabalhado porquanto não basta unicamente ser distinguido, uma vez que para si a distinção é feita através de uma determinada pontuação. Sendo que existem Municípios que atingem uma pontuação acima dos 60 pontos, pelo que exortou a Equipa dos Técnicos Superiores do Pavilhão Gimnodesportivo para que se faça um outro trabalho para se poder atingir uma outra pontuação.-----

-----Concluiu a sua intervenção agradecendo a disponibilidade e colaboração do Executivo, dos trabalhadores da Câmara Municipal, da população, e de todas as forças vivas do concelho, renovando os seus votos de Bom Ano de 2021.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues iniciou a sua intervenção dirigindo o seu agradecimento pelas palavras proferidas pela senhora Presidente relativamente à disponibilidade do Executivo no que concerne a alterações de reuniões do órgão executivo e também na aprovação de alguns documentos sendo que deve ser este o princípio do eleito local a bem dos

munícipes e do concelho. Prevaleceu-se da oportunidade para desejar votos de um Bom Ano de 2021 a todo o Executivo, Trabalhadores da Câmara Municipal e seus Familiares, Munícipes e Instituições, e que 2021 nos traga a normalidade que tínhamos na nossa vida até fevereiro do ano de 2020.-----

----Relativamente à questão, anteriormente, colocada, em sede do Executivo, relativa à colocação de semáforos inferiores nos equipamentos existentes na Praça da República e junto à ponte, no Mártir, questionou se já há algum desenvolvimento sobre este assunto, porquanto é uma necessidade premente de maneira a que o automobilista possa ver o sinal.-----

----Relativamente à questão colocada sobre o transporte Lousã-Portela de Góis, questionou se também já há algum desenvolvimento sobre a possibilidade deste servir os alunos até Góis.-----

----Relativamente à questão sobre o processo judicial com o Município de Pampilhosa da Serra sobre o Parque Eólico também questionou se existe algum desenvolvimento sobre esta matéria.-----

----Por último, solicitou um mapa onde conste os processos de obras particulares.-----

----Interveio o senhor Vereador Rui Manuel Oliveira Rosa que se prevaleceu da oportunidade para agradecer as palavras de agradecimento dirigidas ao Executivo pela senhora Presidente. Referiu que é sabido por todos que o próximo ano será um desafio para a Câmara Municipal pelo que, tendo a Câmara Municipal bons trabalhadores, apelou a que haja uma melhor organização dos serviços, bem como que se motive os trabalhadores para que se possam obter melhores resultados. Mais referiu que quando as tempestades se abatem, muitas vezes temos a tendência para nos refugiarmos e criarmos barreiras, contudo é importante que tenhamos a ideia que é também bom que construamos moinhos, uma vez que quando as tempestades se abatem sopram ventos. Pelas notícias que têm vindo a público parece que ventos irão soprar, sendo estes os fundos que não-de vir e dos quais poderemos beneficiar. Pelo que para que possamos beneficiar desses mesmos fundos há muito trabalho a fazer, terá que haver muito empenho e esforço, pelo que apelou para que o Executivo e pessoas responsáveis se



unam para que possamos usufruir desse financiamento para podermos investir no nosso concelho. Certamente que 2021 será um ano com algumas dificuldades, porém é um ano eleitoral, pelo que haverá um período de campanha eleitoral, o qual certamente irá se iniciar brevemente e prorrogar-se até ao ato eleitoral, pelo que se prevaleceu para apelar para que não se distraiam com a campanha devendo esta ser elevada, bem como ser uma discussão de ideias de maneira a que se olhe para o futuro da nossa terra com o objectivo de desenvolver e de fixar pessoas e empresas, pelo que devemos todos estar empenhados para que possamos desenvolver a nossa terra, não sendo fácil, porém somente com a união de todos é que poderá ser este objetivo concretizado. -----

-----Terminou, dirigindo votos de um Bom Ano de 2021 para todo o Executivo e Goíenses, e que sobretudo seja um ano rico em saúde.-----

Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio iniciando a sua intervenção agradecendo as palavras da senhora Presidente naquilo que foi o trabalho efetuado pelo Executivo, salientando que da sua parte continuará a contar com o seu trabalho e com a mesma postura desde a mesma hora que tomou posse até ao fim independentemente de tudo o que esteja para acontecer. Entende que ser oposição não precisa de ser “trauliteiro” devendo sim fazer-se uma oposição construtiva, sendo a postura que adotou desde que tomou posse como Vereador, sendo essa mesma postura que irá manter até ao final do presente mandato. É um facto que o ano de 2020 foi particularmente difícil para todos, tanto ao nível da nossa vida pessoal, porquanto fomos obrigados a alterar aquela que era a nossa atividade diária laboral, bem como ao nível das Instituições que também foram afetadas pela Pandemia. Quanto ao concelho de Góis, referiu que tem sido poupado quanto ao número de casos no âmbito da Pandemia que se vive devendo-se ao esforço que tem sido feito por todos, sendo que quando menciona todos não fala apenas da Câmara Municipal, mas em todas as entidades públicas e particulares, sendo que caso não haja cuidado, individualmente, não haverá milagres, pelo que lhe apraz evidenciar o esforço coletivo que tem obstado que não haja uma propagação de casos, sendo isso um factor positivo e de confiança. É um facto que renovamos a esperança com a vacina que começou a ser ministrada esperando que esta



Góis
município

abranja um número considerável da população e, que de facto, possamos normalizar aquela que é a nossa atividade pessoal e institucional no próximo ano. Pelo que é seu desejo que no próximo ano haja uma melhoria significativa em relação ao ano que agora termina, esperando que Góis possa evoluir e que tudo o que se faça seja em prol do desenvolvimento do nosso concelho.-----

Relativamente aos dados proferidos pela senhora Presidente sobre a Campanha de Esterilização, referiu que se tratou de um processo pelo qual se bateu em sede do Executivo, mencionando a sua satisfação pelo procedimento tomado. Apesar dos números terem sido bons, poderiam ter sido ótimos, pelo que entende que esta ação poderá ser melhorada sendo que, na sua ótica, houve uma parte deste processo que ficou aquém das expectativas, e que incide sobre os gatos errantes. Referiu a existência de um número significativo de gatos errantes que não foram objeto de esterilização porquanto a obrigação de alguém ficar responsável por um animal errante é uma situação que terá que ser revista, uma vez que importa que esta esterilização tenha incidência nos animais errantes porquanto são estes que se propagam, sendo este um problema que se mantém.-----

-----Relativamente aos outdoors na entrada da Vila junto à Quinta do Baião e à Ponte Nova referiu que não consta qualquer publicidade pelo que questionou se existe alguma informação para colocar em ambos, porquanto se trata de uma ferramenta de divulgação do concelho.-----

-----Relativamente ao Parque das Autocaravanas referiu que o piso deste já se encontra com demasiada erva, pelo que era de todo importante que o mesmo fosse objeto de intervenção ao nível da limpeza, bem como a zona de limpeza das autocaravanas.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que se prevaleceu para agradecer as palavras da senhora Presidente, porquanto tem havido um espírito construtivo para que se desenvolva um bom trabalho em prol das populações, dirigindo a todos votos de um Bom Ano de 2021.-----

-----É um facto que a Pandemia não poderá usada para explicar alguns condicionantes, porém esta está a criar dificuldades a algumas organizações e instituições, sendo certo

que o governo tem criado um quadro de apoio que de alguma maneira permite equilibrar o desequilíbrio que a pandemia trouxe às empresas e organizações e às famílias. As Associações do concelho de Góis têm tentado resistir às dificuldades inerentes decorrentes de não poderem desenvolver as suas atividades com normalidade incluindo aqueles que eram as oportunidades de angariar fundos para financiarem as suas atividades. Por isso propunha que fosse aberto um período extraordinário de candidaturas, no âmbito do apoio às Associações, para obter ajudas para custear as despesas correntes, designadamente de eletricidade e água, enquanto a situação de pandemia se mantiver. -----

-----Sobre o transporte que serve os alunos Lousã-Portela de Góis, referiu que foi solicitada uma cotação à Transdev no sentido de o transporte servir a sede do concelho, tendo sido já rececionada a resposta, pelo que importa refletir se valerá a pena fazer esse transporte com recursos próprios da Câmara Municipal ou se através da empresa. É um facto que a empresa que efetua a rede de transportes no concelho é a Transdev sendo importante apreciar o valor proposto para que se possa optar pelo mesmo ou por uma outra hipótese a qual passa pelo serviço prestado pela Câmara Municipal.-----

-----Sobre a situação dos semáforos referiu que foi solicitado à empresa que instalou os existentes um orçamento para colocação de outros no espaço inferior aos existentes não tendo conhecimento se o mesmo já foi rececionado.-----

-----Sobre o mapa das obras particulares pedido pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que tem em sua posse um mapa no qual constam as intervenções urbanísticas sujeitas a licenciamento, realçando que a intervenção urbanística da DGUPA não se limita somente a obras que estão sujeitas a alvará, existindo outras, designadamente as de escassa relevância, as propriedade horizontal, certidões, entre outras. Referiu que há dois anos a esta parte deram entrada na Câmara Municipal 150 processos para obras sujeitas a licenciamento, havendo alguma pendência.-----

-----A senhora Presidente referiu que não deve ser o mapa mencionado pelo senhor Vereador Mário Barata Garcia objeto de distribuição porquanto este não é do seu conhecimento, sendo que posteriormente a ser do seu conhecimento poderá o mesmo

ser facultado aos senhores Vereadores, pelo que na primeira reunião do Executivo do ano de 2021 o mesmo será entregue, realçando que possivelmente parte dos 12 processos falados poderão efetivamente ser presentes também nessa mesma reunião.--

-----Quanto ao transporte Portela de Góis-Góis referiu a existência de um valor diário que terá que ser suportado pela Câmara Municipal sendo que se há a possibilidade deste ser efetuado por veículos da Câmara Municipal, propõe que o mesmo seja colocado ao dispor dos estudantes no dia 04.01.2021, ressalvando que esta medida não é uma obrigação da Câmara Municipal, mas um opção política.-----

-----A senhora Presidente referiu que quanto ao processo das eólicas já tem o ponto de situação, sendo que no Relatório da Atividade Municipal consta, em anexo, o ponto de situação tanto deste processo, como de outros. Mais referiu que este processo encontra-se a aguardar julgamento, pelo que irá remeter o documento ao Executivo e Assembleia Municipal.-----

-----Quanto à intervenção do senhor Vereador Rui Manuel Oliveira Rosa referiu que se revê em parte desta. Referiu que a motivação é muito subjetiva, sendo que a sua pessoa diariamente se auto motiva, ou seja, encontra forças para fazer do seu dia de trabalho, como se fosse o primeiro dia que entrou na Câmara Municipal, pelo que temos que nos auto motivar, e nunca podemos dizer que são os outros que não nos proporcionam a motivação, pelo facto de não corresponder à verdade. Referiu que a figura máxima da Câmara Municipal, neste caso o Presidente da Câmara, deixa que tudo aconteça, ou seja, há uma liberdade total, sendo talvez essa mesma liberdade que leva à desmotivação, porquanto existem chefias intermédias, Vereadores, Nomeações, Coordenações, pelo que quem tem que apelar a essa motivação, envolvimento e compromisso é o poder político, mas também a quem foi dado um voto de confiança seja para ter pelouros seja para ter unidades orgânicas. Referiu ser feito um esforço titânico para tudo suportar muitas coisas, algumas destas “não lembram ao diabo”. Referiu ainda que trabalhamos na conciliação profissional e familiar, temos todas as condições para que nenhum elemento da nossa organização falhe com a sua família, seja no acompanhamento a consultas, seja nas ausências sistemáticas ao serviço, seja na conciliação de outras

situações da vida pessoal, pelo que foi também por estas práticas que fomos distinguidos com o galardão de Autarquia Familiarmente Responsável. Referiu que há um conjunto de meios que proporcionam o bem-estar dentro do serviço da Câmara Municipal, não havendo qualquer controle no registo de assiduidade, os vencimentos estão em dia, ajudas de custo, horas extraordinárias. Referiu ter sido um ano marcado por muitas ausências ao serviço, fruto da Pandemia, tendo havido momentos em que os trabalhadores laboraram em espelho, pelo que muito trabalho ficou por fazer. Se há Câmara Municipal que cria condições aos trabalhadores é a Câmara Municipal de Góis, pelo que não podem estes entrarem num laxismo, leviandade e numa banalização do sentido de dever público imparável, pelo que tem obrigação de deixar melhor do que encontrou. Sendo que se houver aqui o respeito pelas regras, o compromisso e os limites seguramente quem entrar na Câmara Municipal em outubro de 2021 tem menos uma preocupação. Mais referiu a existência de muitos trabalhadores motivados, sendo visível pelo seu exercício, pela prestação diária, pela entrega e responsabilidade, pelo que todos estes que estão motivados lhe encham a alma de alegria e satisfação. -----

-----Relativamente às palavras proferidas pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu concordar com estas sendo do conhecimento do senhor Vereador o facto de apreciar a sua prestação, porquanto não gosta de posições “trauliteiras”, em virtude destas não nos levarem a lado nenhum, apreciando a sua performance e pela forma como se prepara para as reuniões e quando não tem conhecimento dos assuntos, humildemente, questiona a sua pessoa e não fala de cor. Referiu ser um prazer trabalhar com aqueles que apesar de não se reverem na sua militância no PS, não são devotos dos ideais à esquerda, mas têm uma postura que nos conforta e que temos que registar.-----

-----Quanto à Campanha de Esterilização referiu que o senhor Vereador foi sem dúvida a pessoa que mais defendeu esta matéria pelo que de facto terá que ser uma área que valerá a pena apostar um pouco mais. Quanto aos outdoors os membros do GAP e o Design já apresentaram uma proposta para levar a efeito no princípio do próximo ano, pelo que brevemente será a mesma publicamente apresentada. Sobre o piso do Parque

de Autocaravanas informou que irá dar indicações aos serviços externos para proceder à sua limpeza.-----

-----Sobre a intervenção do senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que quanto ao Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios tem excecionalidade inimaginável, pelo que solicitou ao senhor Dr. Miguel Mourão, Técnico da Câmara Municipal que tem competências no serviço de Apoio ao Desenvolvimento, nomeadamente a receção e análise das candidaturas no âmbito deste Regulamento, que lhe esclarecesse se as candidaturas têm de ser apresentadas, para o ano seguinte, até ao dia 20 de novembro, porém ao longo do ano são apresentadas outras candidaturas as quais são de igual modo rececionadas.-----

-----Dada a palavra, o senhor Dr. Miguel Mourão respondeu afirmativamente, sendo que ao longo do ano outras candidaturas são apresentadas não sendo estas eliminadas por não terem cumprido o prazo estabelecido no citado Regulamento.-----

-----A senhora Presidente referiu que a excecionalidade referida pelo senhor Vereador está criada sendo que sistematicamente propõe apoios financeiros, após consulta à Dr.ª Liliana Serra, sendo que muitas vezes não existe candidatura para esse mesmo efeito, pelo que é solicitado no imediato apresentação de candidatura para que seja atribuído o respetivo apoio. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que com as suas palavras pretendeu dizer que deve haver uma melhor e maior divulgação do Regulamento porquanto há coletividades que não têm conhecimento deste documento que efetivamente se traduz numa mais valia para a sua atividade. Referiu ser conhecedor da excecionalidade prevista no Regulamento, porém entende que deveria ser criado um pequeno quadro para pequenas ajudas constituindo-se estas num estímulo para a continuidade destas organizações. -----

-----A senhora Presidente referiu que qualquer instituição que solicite apoio à sua gestão corrente tem que justificar esse mesmo pedido, sendo que quanto à questão da divulgação a mesma passa por utilizar uma metodologia diferente para a promoção deste Regulamento. Quanto à desmotivação compreende que a mesma incida sobre o

movimento associativismo porquanto estes vivem do voluntariado e da promoção de atividades, acreditando que a Pandemia pode ter tido algum tipo de influência na gestão destas organizações.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

-----a) Usou da palavra o senhor José António Vitorino Serra, que na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, dirigiu votos de um Bom Ano de 2021. Referiu que, no final do presente ano, a direção da Santa Casa da Misericórdia de Góis terminará o quadriénio, 2016/2020, pelo que se prevaleceu para agradecer todo o apoio cedido pela Câmara Municipal a esta IPSS, nomeadamente, no âmbito da Pandemia COVID-19. No que concerne ao CAF e ATL da Santa Casa da Misericórdia de Góis referiu que no âmbito da Pandemia novas regras foram implementadas pelo que, presentemente, não se encontra esta valência em funcionamento, tendo para o efeito explicado o porquê desta situação. Ainda no âmbito da Pandemia referiu que já foi efetuado o levantamento do número de utentes para que se possa ministrar as vacinação.-----

-----A senhora Presidente agradeceu as palavras do senhor Provedor desejando os maiores sucessos ao senhor José António Vitorino Serra, congratulando-se pelo trabalho executado pela Santa Casa da Misericórdia de Góis no âmbito da Pandemia que se vive.-

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR - De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia nove de dezembro do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor Vereador Rui Manuel Oliveira Rosa não participou na votação por não ter estado presente na reunião a que a mesma respeita.-----

3.2 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS/APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS – Foi presente a informação da DAG, datada de 17.12.2020,

relativa à aprovação das cláusulas contratuais da Contratação de empréstimo a médio e longo prazos de 400.000 € (beneficiação e manutenção de rede viária no concelho (300.000 €) e beneficiação e manutenção de arruamentos no concelho (100.000 €)).-----

----A Câmara tomou conhecimento, e em conformidade com a alínea f) do nº1 do artigo 19º da Resolução nº14/2011, de 11 de Junho, do Tribunal de Contas (publicada na 2ª Série do Diário da República nº156, de 15 de agosto de 2011, deliberou, por unanimidade, aprovar as clausulas contratuais de empréstimo a médio e longo prazos de 400.000 € (beneficiação e manutenção de rede viária no concelho (300.000 €) e beneficiação e manutenção de arruamentos no concelho (100.000 €)).-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS/ANO 2021 – Foi presente a informação da DAG, datada de 23.12.2020, relativa a Demonstrações Financeiras Previsionais/Ano de 2021.-----

----A senhora Presidente referiu que o Sistema de Normalização de Contabilística para as Administrações Públicas (SCN-AP), aprovado pela Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro e pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro e que veio revogar o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 2 de dezembro e 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60- A/2005, de 30 de dezembro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), exceto nos seus pontos 2.9 (Controlo Interno), 3.3 (Regras previsionais) e 8.3.1 (Modificações ao orçamento), que entrou em vigor a 01.01.2020, veio apresentar algumas diferenças relativamente ao regime previsto até ao final de 2019 (POCAL), nomeadamente no que respeita à apresentação dos documentos previsionais. Neste sentido, o parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP1) do SNC-AP, determina que, para além dos documentos já apresentados ao Executivo Municipal na reunião ordinária de 25.11.2020 e aprovados na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18.12.2020, devem ainda ser apresentadas demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa, que

devem ser aprovadas, de forma autónoma, pelo Executivo Municipal. Na elaboração das demonstrações financeiras previsionais foram considerados alguns pressupostos, nomeadamente: a execução quase total do orçamento para o ano de 2021 (apenas não se considerou os valores a cobrar ou a pagar das rubricas de receita e despesa apenas “abertas” e valor previsional significativo); Os saldos iniciais de 2021 são os constantes nas demonstrações financeiras à data de 30.11.2020 (últimos dados disponíveis) acrescidos da previsão de registos a efetuar durante o mês de dezembro de 2020; a existência de um prazo médio de pagamentos e de recebimentos de 30 dias; um aumento das amortizações do exercício à proporção do aumento existente da média do aumento entre os anos de 2017 e 2019; um aumento dos proveitos diferidos à semelhança da percentagem de aumento ocorrido nas amortizações; Valores de algumas rubricas tendo por base a média dos três últimos exercícios (2017, 2018 e 2019); De referir, que por ser o primeiro ano de implementação do SNC-AP, tendo em consideração que ainda há muitos ajustes a realizar em 2020, pelo que a base de referência para a elaboração das demonstrações financeiras previsionais para 2021 (dados datados de 30.11.2020) ainda serem provisórios, acrescido do facto de existir o pressuposto, bastante relevante, de que se prevê a execução quase total do orçamento, situação que, por norma, se mantém afastada da realidade, pode levar a que os valores finais do ano de 2021, a serem apresentados na Prestação de Contas de 2021 sejam desfasados dos apresentados na presente data.-----

-----Face exposto, a senhora Presidente apresentou as demonstrações financeiras previsionais à data de 31.12.2021, para aprovação pela Câmara Municipal, em cumprimento com o disposto no parágrafo 17, da Norma de Contabilidade Pública 1, do Sistema de Normalização de Contabilística para as Administrações Públicas (SCN-AP).---

-----A senhora Presidente referiu que de acordo com a informação da senhora Dr.ª Liliana Serra aprez-lhe mencionar que já podemos antever o final do ano de 2021, pelo que no quadro que se refere a Demonstrações de resultados por natureza Previsional em 31.12.2021, existe um resultado negativo de 553.702,42€, sendo que por este valor nos podemos preparar para o resultado do ano de 2020, pelo que questionou a Técnica do

porquê desse mesmo resultado.-----

-----Dada a palavra, a Dr.^a Liliana Serra referiu que comparado o resultado como o do ano de 2019 houve uma alteração das características contabilísticas, i.e., a passagem do POCAL para o SNC-AP, eram apresentados proveitos que melhoravam o resultado líquido que com o novo sistema irão ser registados no património, não fazendo parte da demonstração de resultados. Sendo proveitos que não irão ser registados na demonstração de resultados irão fazer com que haja um agravamento no resultado líquido. Outras questões que alteram e condicionam esse mesmo resultado líquido são que, presentemente, há um menor número de vendas e prestação de serviços, sendo exemplo disso a prestação do serviço de abastecimento de água e gestão de resíduos. No que concerne a despesas com o pessoal referiu a existência de registo de aumento do valor, não sendo o mesmo de todo significativo. Referiu que o valor significativo deve-se ao facto dos serviços, anteriormente prestados pela Câmara Municipal terem passado para a responsabilidade da APIN.-----

-----A senhora Presidente face aos números patentes no documento em análise poderá eventualmente afirmar que nos próximos anos os resultados poderão ser negativos.-----

-----Dada a palavra, a Dr.^a Liliana Serra referiu ser sua perspetiva que irá ser muito difícil sair deste registo, sendo que para alterar esse mesmo resultado poderão efetivamente ser aumentadas as vendas, impostos e taxas, bem como diminuir gastos correntes, nomeadamente despesas com o pessoal e fornecimentos de serviços externos.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que no quadro relativo à demonstração de resultados existe uma rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização pelo que solicitou esclarecimentos sobre a mesma.-----

-----Dada a palavra, a Dr.^a Liliana Serra referiu tratar-se de um registo contabilístico não havendo saída de valor monetário, ou seja, esta rubrica reflete o investimento que se tem em anos anteriores e que se irá refletir na demonstração de contas como amortização do exercício que é um registo anual. Referiu a existência de obras em curso, sendo que estas ainda não se encontram inventariadas.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que as

amortizações devem ter um limite temporal, pelo que questionou sobre esta questão.---

----Dada a palavra, a Dr.ª Liliana Serra referiu que na questão dos arruamentos há um limite temporal de cerca de cinquenta anos.-----

----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que o documento em análise está de acordo com o SCN-AP havendo algumas alterações relativamente ao anterior sistema, o POCAL, havendo efetivamente algumas coisas, tal como foi mencionado pela Dr.ª Liliana serra, que irá prejudicar o resultado líquido do exercício. Referiu que tal como a senhora Presidente questionou qual a solução para resolver esta situação e de acordo com as palavras explicativas da Dr.ª Liliana Serra que apresentou algumas hipóteses para a redução da despesa e aumento da receita, terá que efetivamente de se optar por estas duas vias, ou seja, o aumento da receita e a redução da despesa.-----

----A senhora Presidente referiu que na análise vier a ser feita ao resultado do ano de 2021, quem estiver a gerir a Câmara Municipal à data, irá mencionar que naturalmente não tem culpa do resultado, porquanto nesse mesmo ano não geria a Câmara Municipal, sendo que o dilema virá quando for apresentado o exercício de 2022, sendo que acredita que o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues irá refletir sobre o assunto em questão e encontrar uma solução viável para que o resultado seja positivo. Referiu ser um facto que os valores em questão sejam reduzidos.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as demonstrações financeiras previsionais à data de 31.12.2021.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.4 – OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PARECER JURÍDICO

– A senhora Presidente referiu tal como deu, anteriormente, conhecimento ao Executivo, permitiu que a empresa Burgo do Saber, do Saber, Unipessoal Lda., ocupasse, provisoriamente, as instalações propriedade da Câmara Municipal, ou seja, a infraestrutura de apoio à Praia Fluvial de Alvares, sem prejuízo da concessão passar por um procedimento para a sua exploração. Referiu que a atual exploração foi feita de acordo com os parâmetros constantes na informação do

senhor Dr. Pedro Pereira Alves, Consultor Jurídico. Referiu que a empresa em questão tem um compromisso com a Câmara Municipal na prestação das refeições escolares aos alunos que frequentam o Centro Escolar da Freguesia de Alvares tanto no período letivo, como no período em que funciona o CAF. Explicou que fruto do empresário não reunir condições no seu espaço para confeccionar as refeições foi pela sua pessoa permitido, através de consulta ao Dr. Pedro Pereira Alves, a cedência do equipamento da Câmara Municipal na Praia Fluvial de Alvares de forma a que estivessem reunidas todas as condições para a confeção das referidas refeições. Referiu que, presentemente, é importante fixar as condições dessa ocupação temporária e provisória, salientando que deve o Executivo decidir se esta é a título gracioso ou se há lugar a encargos, bem como o limite temporal. Quanto ao limite temporal referiu que o senhor Consultor Jurídico também faz menção ao mesmo no seu parecer.-----

----Referiu que promoveu uma visita ao local fazendo-se acompanhar por Técnicos da Câmara Municipal e pela Autoridade da Proteção Civil, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos sobre o espaço e alguns procedimentos que foram tomados. Neste sentido, referiu que importa, presentemente, fixar as condições de cedência temporária deste espaço, nomeadamente despesas correntes (água e luz).-----

----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que referiu que por uma questão de princípio deve ser estabelecido um valor para a exploração, ainda que provisória, deste espaço, entendendo que a questão global reside no facto de ser estabelecido um valor mensal ou trimestral.-----

----A senhora Presidente referiu que faz parte da Ordem de trabalhos da presente reunião o assunto Concessão do Direito de Exploração do Bar/Restaurante de Apoio a Praia Fluvial de Alvares, pelo que espera que a cedência atual seja o mais provisória possível.-----

----Interveio o senhor Rui Manuel Oliveira Rosa referindo não haver vantagem em que o empresário faça o pagamento do espaço numa situação provisória, sendo na sua ótica que deve o mesmo proceder ao pagamento das despesas decorrentes dessa exploração, nomeadamente água e luz.-----

----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que, em reunião anterior do Executivo, já teve oportunidade de manifestar a sua posição no que concerne à exploração de espaços propriedade da Câmara Municipal. Prestados os esclarecimentos por parte da senhora Presidente relativamente ao assunto em questão, bem como analisado o parecer para este mesmo efeito, salientando que quanto à empresa em questão também lhe apraz mencionar que face ao seu historial nada tem a impor-se quanto ao empresário, apraz-lhe proferir alguns considerandos. Da análise realizada ao parecer do Dr. Pedro Pereira Alves a Câmara Municipal está a abrir um mau precedente. Mencionou que o parecer refere que o Município irá ceder, a título provisório, a ocupação deste espaço, sendo esta uma cessão de exploração, ou seja, a figura de cessão de exploração em que a Câmara Municipal é proprietária do espaço e do equipamento e irá cede-lo, provisoriamente, para este ser explorado numa atividade, i.e., bar e restaurante. Referiu que a explicação dada pelo empresário que irá ocupar o espaço, é que o seu espaço foi visitado pela ASAE, tendo esta Autoridade concluído que as instalações onde desenvolve a sua atividade não reúnem as condições para estarem abertas ao público. Referiu que no futuro qualquer munícipe que desenvolve uma atividade comercial semelhante e que o seu espaço seja objeto de inspeção da ASAE e que tenha que encerrar o mesmo, é natural que a pessoa tenha toda a legitimidade para solicitar à Câmara Municipal umas instalações para exploração da sua atividade comercial. Referiu que a informação em questão deveria fazer-se acompanhar com o respetivo contrato por entender que a ocupação do espaço, ainda que temporária, deveria ser sustentada num contrato devendo o seu teor ter o clausulado inerente ao tipo de cessão que está a ser feita. Referiu ainda que a obra não está concluída não tendo havido ainda receção provisória, nem parcial, nem total, devendo esta situação ser devidamente esclarecida. Mais referiu que o ponto 3.6. da presente Ordem de Trabalhos se refere à empreitada em questão sendo o assunto para o Executivo se pronunciar sobre a suspensão da mesma sendo tanto uma, como outras questões relacionadas com o assunto em discussão. Acrescentou que o parecer também refere que deve o empresário proceder à devolução das instalações completamente novas e no estado que as recebeu,

pelo que dificilmente isso ocorrerá, pois dificilmente quem as utiliza as poderá devolver no estado que as recebeu. Ainda sobre as instalações é referido que a cedência destas não confere ao empresário qualquer direito ou privilégio especial no procedimento que vir a ser escolhido, porém poderá afastar eventuais interessados porquanto o espaço já se encontra a ser explorado ainda que provisoriamente, entendendo-se que à partida esta empresa terá sempre algum privilégio em relação a outros concorrentes. Referiu que com as palavras que proferiu em nada tem a ver com a empresa que presentemente se encontra a explorar o espaço, mas sim todo este processo, porquanto entende que este não tem a transparência que deveria efetivamente ter. Ainda sobre esta exploração, referiu não ter conhecimento se houve algum acordo entre a Câmara Municipal e a empresa responsável pela empreitada em questão, porquanto a mesma poderá, futuramente, alegar que o espaço já se encontra em funcionamento sem que a obra tenha sido rececionada.-----

-----Relativamente às despesas referiu que estas devem ser pagas pela empresa que explora o espaço, sendo que se encontra a ocupar um imóvel que é da Câmara Municipal, que entende que efetivamente deverá fixar-se uma renda ainda que simbólica, sendo que esse princípio não deverá ser ultrapassado. Pelas suas palavras referiu haver algumas questões que efetivamente deveriam ser esclarecidas, fazendo todo o sentido que o assunto deveria fazer-se acompanhar com um contrato, uma vez que o empresário já se encontra a laborar no espaço em questão.-----

-----A senhora Presidente solicitou ao senhor Vereador Mário Barata Garcia que reporta-se informação sobre a reunião realizada no p.p. dia 22.12.20 com a empresa responsável pela empreitada no sentido de que algumas questões colocadas pelo senhor Vereador possam ser esclarecidas.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que o documento em análise é excecional de forma a corresponder a uma necessidade urgente naquele território. É um facto que ultrapassa o enquadramento legal que está tipificado, sendo efetivamente uma situação excecional não tendo sido escondida toda a situação que levou à cedência do espaço. Quanto à reunião prestou os devidos esclarecimentos de

alguns pormenores tratados sobre alguns pontos da empreitada, nomeadamente o que foi verificado in loco pelas Técnicas que visitaram a obra. Sobre a ocupação do espaço referiu que o empreiteiro não se opôs a esta situação. Referiu que efetivamente face à justificação apresentada pelo empresário para usufruto deste espaço nada tem a opor, porquanto se trata de uma situação premente, num período transitório, sendo que irá existir um procedimento para a concessão de exploração do espaço. Referiu que quanto a valores a disponibilizar por parte da empresa que se encontra a explorar o espaço deverá efetivamente proceder ao pagamento das despesas de água e luz.-----

-----A senhora Presidente referiu que o ideal seria que tivesse sido presente ao Executivo uma proposta de contrato pela ocupação temporária do espaço, salientando que o contrato será redigido com as condições que a Câmara Municipal impuser, nomeadamente o tempo de utilização do espaço, ou seja, um mês, renovável por iguais períodos, até ao limite de três meses. Referiu que deve a empresa proceder ao pagamento das despesas correntes, referentes ao consumo de luz e água.-----

-----Ainda sobre a receção da obra referiu que é apenas porque o interesse serve a Câmara Municipal, uma vez que temos garantidos 85% de financiamento por parte da CCDRC, sendo todo este atraso da responsabilidade desta Comissão, porquanto foi comunicado que o Aviso abriria em setembro, tendo passado para o mês de outubro, novembro, dezembro. Do contacto efetuado com a senhora Presidente da CCDRC foi comunicado que o Aviso será publicado no mês de janeiro de 2021.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, celebrar contrato com a empresa Burgo do Saber, Unipessoal Lda., para a ocupação temporária do Bar/Restaurante de Apoio à Praia Fluvial de Alvares por um período de um mês, renovável por iguais períodos, até ao limite de três meses. Deliberado ainda, por maioria, que as despesas correntes, referentes ao consumo de luz e água sejam da responsabilidade da referida empresa.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.5 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO A PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PROPOSTA DE CADERNO DE ENCARGOS – Foi presente a informação da DAG, datada de 21.12.20, relativa à proposta de Caderno de Encargos para a Concessão do Direito de Exploração do Bar/Restaurante de Apoio a Praia Fluvial de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o Caderno de Encargos.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.6 – CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIOS DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PEDIDO DE APROVAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.12.2020, relativa ao pedido de aprovação de continuação de suspensão da execução dos trabalhos da empreitada de construção de Bar/Restaurante, Arranjos Exteriores, Ponte Pedonal e Apoios da Praia Fluvial de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com o disposto na alínea f) do n.º1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 18º do Decreto-Lei no 197/99, de 8/6, reprimado pela Resolução nº 80/2011 de 1/04, deliberou, por unanimidade, aprovar a continuação da suspensão da execução dos trabalhos por um período de 150 dias, após o término do prazo aprovado pela Câmara Municipal na Reunião do Executivo do dia 13-10-2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.7 – APIN/2ª ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO A 08.01.2020 – Foi presente a Segunda adenda ao Protocolo celebrado em 08.01.2020 entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares e a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a segunda adenda ao protocolo celebrado a 08.01.2020 referente a Prestação de Serviços estabelecido com a APIN (período transitório) até ao dia 31.01.2021.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.8 – APIN/TARIFÁRIOS 2021/RATIFICAÇÃO – Foi presente o tarifário da APIN atualizado para o ano de 2021, cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata, para ratificação por parte da Câmara Municipal.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues relativamente à questão do IVA referiu que no início do ano, que ora acaba, já se falava desta questão pelo que não entende que somente no último mês do ano é que esta questão foi finalmente resolvida, tendo em conta algumas comunicações na imprensa sobre o procedimento correto a ter em conta sobre a não aplicação do IVA. Salientou que quando esta questão foi colocada deveria ter sido procedimento da APIN no imediato colocar a questão à competente entidade de forma a que esta situação fosse colmata assim que obtivesse uma resposta. -----

-----A senhora Presidente referiu que pelas palavras do senhor Vereador apraz-lhe fazer um exercício de memória porquanto há dois minutos atrás foi por si solicitado a aprovação de um documento que há cerca de dois meses e meio que deveria ter sido presente ao Executivo. Recordou que no exercício autárquico o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Góis e tem conhecimento de quantas coisas que ao fim de um ano ainda se encontravam por fazer, pelo que lhe apraz mencionar que a massa humana é falível, porém dever-se-á evitar a repetição dos erros. Referiu que quanto à questão do IVA foi comunicado pela APIN que foi solicitado, em abril, um parecer à Autoridade Tributária, sendo do conhecimento de todos que um cidadão também questionou a AT sobre esta questão tendo obtido de forma mais célere resposta à mesma do que o Conselho de Administração da APIN. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que em relação ao tarifário em vigor, a atualização proposta é de 1,007 sendo uma pequena alteração, porém era preferível que não houvesse qualquer tipo de alteração. Em relação

às recomendações da ERSAR referiu que estas são consequência do tarifário proposto sendo que a APIN informa que atendeu às recomendações da ERSAR, sendo que estas vêm no sentido que o contrato de gestão delegada seja alterado no sentido de que as alterações efetuadas em relação aos escalões, ou seja, de 1 escalão passou para 2 escalões, sejam relacionadas no contrato de gestão delegada para que possa haver legitimidade para a cobrança destas taxas. Mais referiu que a APIN reforça que os ajustamentos foram efetuados atendendo à especificidade do território em que vivemos, ou seja, houve alguma sensibilidade em relação à contestação que foi havendo ao longo do tempo que determinou precisamente estas tomadas de posição. Entende que isso é de louvar pois a APIN está a dar a mão à palmatória porquanto o percurso inicial não estaria a ser o correto, e de facto teve-se que ajustar algumas situações sendo que a ERSAR somente fala destas porque vão de encontro aquele que é o contrato de gestão delegada. Pelo que entende serem positivas as correções realizadas a tudo aquilo que não estava correto.-----

-----A senhora Presidente referiu concordar com as palavras do senhor vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio porquanto se verifica por parte da APIN um esforço em melhorar a performance e até fazer melhor no futuro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o tarifário da ratificar o tarifário da APIN, actualizado para o ano de 2021.-----

-----A presente deliberação foi aprovado em minuta para efeitos imediatos.-----

3.9 – APIN/PLANO DE ACÇÃO/ISENÇÃO DO IVA EM AR E RU – Foi presente o Plano de Ação da APIN, aprovado internamente, relativo à decisão de deixar de aplicar o IVA às componentes do saneamento e dos resíduos urbanos, bem como proceder à devolução do valor cobrado até à data.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que esta situação está relacionada com as várias questões que foram sendo apontadas, verificando-se quem é que são os interlocutores e qual é o modus operandi em relação às questões colocadas por força destas alterações que a APIN terá que fazer em função da informação prestada pela AT. Referiu ser seu entendimento que essa mesma

informação será vinculativa, sendo que a resposta dada ao munícipe foi uma resposta balcão sendo uma resposta emitida por qualquer serviço de finanças a qual não é vinculativa, estando este facto expresso na lei, pelo que os serviços têm um prazo para a cumprir. Efetivamente pode a resposta ser emitida de acordo com as orientações existentes, mas não o são vinculativas porquanto estas podem ser alteradas por outras razões. Referiu parecer-lhe que este é o caminho certo, devendo-se verificar o que não está certo e retificar no sentido de que a empresa tenha uma prestação de acordo com aquilo que pretendemos, porquanto a opção que tomamos foi de facto que houvesse uma melhoria na prestação dos serviços.-----

---Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que graças à APIN outras empresas do mesmo ramo que também praticavam a aplicação do IVA também irão corrigir esta situação perante os seus clientes, pelo que o pagamento do IVA não era exclusivo somente pela APIN, mas sim uma prática normal das empresas semelhantes.--

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que referiu que quando é mencionado pela APIN que irá proceder à devolução do IVA cobrado em excesso para clientes entretanto liquidados, mediante requerimento, pelo que questionou se é entendível que tenha que ser o consumidor a requerer.-----

-----A senhora Presidente referiu que efetivamente é entendível, sendo que foi assumido por todas as Câmaras que irão ter um balcão da APIN pelo que será importante este serviço porquanto iremos verificar como é que se traduz na prática este requerimento, tendo dado a palavra ao senhor Chefe do GAP para se pronunciar sobre esta questão, porquanto esteve presente na reunião onde o assunto foi abordado. -----

-----Dada a palavra, o senhor António José Rosa Gonçalves, Chefe do GAP, referiu que em reunião foi levantada a questão ora colocada pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, tendo sido respondido que a todos que são clientes desde o início não carecem de requerimento para devolução do IVA, serão realizados os respetivos acertos. Somente quem deixou de ser cliente é que terá que apresentar o respetivo requerimento para ser ressarcido do valor que pagou relativamente ao IVA.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/GONÇALO FILIPE LUÍS BARATA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.12.2020, relativa a obras de construção de imóvel habitacional, requerida por Gonçalo Filipe Luís Barata, Sapateiros-Cortes, freguesia de Alvares.-----

----A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/DAVID MANUEL CARVALHO COELHO – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.12.2020, relativa a obras de construção de edificação destinada a habitação unifamiliar, requerida por David Manuel Carvalho Coelho, Carvalhal, freguesia de Góis.-----

----A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.12 – INE/CENSOS 2021 – A senhora Presidente informou que o Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) está a iniciar a operação Censos 2021 (*XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação*) para cujo êxito é absolutamente fundamental a colaboração das autarquias locais, conforme expresso no Decreto-Lei nº 54/2019, de 18 de Abril. Neste sentido, referiu que já foi realizada reunião com a sua Pessoa e o senhor Dr. Paulo Brito, Delegado Instituto Nacional de Estatística - Delegação de Coimbra, na qual, para além da apresentação genérica da organização dos Censos 2021, foram abordados em concreto os seguintes assuntos: apoio logístico do Município, nomeadamente através da disponibilização de um espaço onde o Delegado Municipal possa exercer a sua atividade, de um local onde possa ser armazenado o material dos Censos (folhetos publicitários, instrumentos de notação, etc.) e de instalações onde possam ser ministradas as formações aos diversos intervenientes; nomeação de um interlocutor do Município para, em colaboração com o INE, apoiar na resolução de dificuldades/situações que forem surgindo; nomeação de um Técnico Municipal que, a tempo parcial, prestará apoio ao Delegado Municipal. Referiu que no nosso concelho este

processo terá lugar durante o mês de abril e de maio de 2021, salientando que as Juntas de Freguesia têm um papel absolutamente importante em todo este processo sendo que para o efeito também será promovida reunião para apresentação da operação e articulação do processo entre o INE, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, tendo para o efeito prestado esclarecimentos de como é que a recolha de dados se irá efetuar.

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.13 – EEA GRANTS/PONTO DE SITUAÇÃO – A senhora Presidente referiu que apesar do executivo ter uma informação subscrita pelo senhor Dr. Victor Duarte, Secretário do GAP, sobre o assunto em análise, irá dar-lhe a palavra para se pronunciar sobre o assunto uma vez que foi o representante da Câmara Municipal na reunião realizada on line.-----

-----Dada a palavra, o Dr. Victor Duarte referiu que na reunião foi abordado todo o trabalho efetuado por todos os intervenientes ao longo do ano em curso, trabalho esse que exige de todos muito empenho, mas que no fundo não tem grande visibilidade, tendo a reunião como objetivo fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido. Referiu que de facto um dos problemas realçado foi a comunicação em todo este processo, porquanto foi um ano atípico, sendo que no terreno não se vê a visibilidade que se desejava ver. Referiu que é visível um desacreditar das populações dos territórios onde este projeto se encontra a ser implementado. Um aspeto que vale a pena relevar efetivamente foi a parceria efetuada com a CIM RC em que todos os Municípios envolvidos delegaram na comunidade Intermunicipal um conjunto de atividades, delegação esta que não está prevista no acordo inicial fazendo todo o sentido que haja uma alteração ao protocolo.--

-----A senhora Presidente referiu que de acordo com a informação do senhor Dr. Victor Duarte irá se realizar no dia 19.01.2021 uma reunião pelo que questionou se esta será efetuada por videoconferência, questão a que o senhor Secretário do GAP respondeu afirmativamente. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado

do dia vinte e dois de dezembro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

3.14.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis - A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de cinco mil euros, cuja finalidade é o apoio às medidas de resposta à situação epidemiológica provocada pela coronavírus SARS- COV-2 e doença COVID-19 .--
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e oito de dezembro do ano em curso, no montante de um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três euros e sessenta e sete cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS/APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS/DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS/ANO 2021/OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PARECER JURÍDICO/ CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PROPOSTA DE CADERNO DE ENCARGOS/ CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIOS DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/PEDIDO DE APROVAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS/ APIN/ 2ª ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO A 08.01.2020/APIN/TARIFÁRIOS 2021/RATIFICAÇÃO/ OBRAS PARTICULARES/GONÇALO FILIPE ALVES BARATA/ OBRAS PARTICULARES/DAVID MANUEL CARVALHO COELHO; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas treze horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
